

LIXO HOSPITALAR: UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Dóris Helena Voss Jacondino
Janete de Lima
Fernando Donatti

RESUMO

O presente artigo intitulado “Lixo hospitalar: uma questão de saúde pública” refere-se a questões do lixo ambiental, responsabilidade e gestão empresarial, fazendo referencia ao papel do administrador como intermediador entre empresa e meio ambiente nas questões legais e políticas. Apresenta também uma pequena explanação sobre o papel da educação e seus reflexos no comportamento da sociedade na questão ambiental. Este trabalho teve como objetivo geral verificar os princípios da gestão ambiental na pratica do descarte do lixo hospitalar. E como objetivos específicos: 1)identificar o papel das escolas, empresas e sociedade como agentes de educação; 2)enumerar possíveis impactos ambientais decorrentes do descarte incorreto; 3) apresentar dados do estado do Paraná e do município de Francisco Beltrão, no que se refere ao descarte do lixo hospitalar. Este trabalho tem características de pesquisa qualitativa quanto a sua abordagem. Em relação aos procedimentos técnicos para a coleta de dados na empresa, a pesquisa caracteriza-se como estudo de caso, ou seja, a investigação de uma organização, o Hospital Walter Alberto Pecoits. Nos resultados decorrentes do estudo de caso foi verificada a preocupação com o correto descarte de lixo hospitalar nesta organização. Conclui-se então, o importante papel dos hospitais na gestão ambiental, dando o correto destino ao lixo hospitalar, bem como o papel de organizações e sociedade civil como agentes educadores e fiscalizadores neste processo.

PALAVRAS CHAVE: Lixo hospitalar; Gestão ambiental; Educação ambiental.

1 INTRODUÇÃO

É evidente a constante preocupação cada vez mais intensa com as questões ambientais, principalmente as que interferem diretamente na saúde da sociedade como um todo, utilizando a educação como forma de conscientizar a população dos riscos e importância da correta separação do lixo e preservação do meio ambiente.

Nesse contexto foi desenvolvido esse artigo com intuito de explicar o papel das escolas e empresas na qualidade de gestoras da informação, influenciando nos métodos, políticas e hábitos da sociedade em relação à competitividade aliada a preservação ambiental, e a correta destinação dos resíduos sólidos, presentes em abundancia nos meios de produção industrial.

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se a pesquisa bibliográfica como base para abordagem e apresentação do tema escolhido. Para auxiliar na abordagem do tema utilizou-se como ferramenta o estudo de caso realizado no Hospital Walter Alberto Pecoits no município de Francisco Beltrão, localizado no Sudoeste do Estado do Paraná.

Em levantamento feito no Hospital Walter Alberto Pecoits, observou-se que há uma intensa preocupação com a correta destinação e descarte dos materiais utilizados, fazendo com que os mesmos apresentem menores riscos para sociedade



em decorrência de que, além de ser um agente poluidor, apresentam alto grau infeccioso, gerando ainda mais riscos a sociedade.

2 GESTÃO AMBIENTAL

Para Barbieri (2004) gestão ambiental ou administração do meio ambiente refere-se às diretrizes e as atividades administrativas e operacionais, dentre elas: planejar, dirigir, controlar e alocar recursos, dentre outras, com o objetivo de alcançar resultados positivos sobre o meio ambiente, seja diminuindo ou acabando com os danos ou problemas causados pela ação do homem, quer adotando uma postura de prevenção para que eles não venham a ocorrer. A preocupação relativa ao meio ambiente que antes era foco de apenas uma parte da população mundial como, artistas, cientistas e alguns políticos, hoje se reflete em toda a sociedade do planeta devido ao alto grau de degradação verificado em todas as partes do mundo. Catástrofes climáticas, redução na camada de ozônio, efeito estufa, são alguns dos conceitos mais abordados atualmente.

Sanchez (2006) conceitua ambiente como sendo o meio de onde a sociedade obtém os recursos necessários à sobrevivência e os recursos demandados pelo processo de desenvolvimento socioeconômico. E estes recursos são conceituados como naturais. Por outro foco, o ambiente também significa meio de vida, de cuja integridade depende a manutenção de funções ecológicas consideradas indispensáveis à manutenção da vida. Surgiu assim o conceito de recursos ambiental, que diz respeito não mais somente a capacidade da natureza de fornecer recursos físicos, mas também de fornecer serviços e desenvolver funções de suporte a vida.

Portanto a gestão ambiental dos recursos é indispensável à manutenção da vida humana e não somente ao desenvolvimento das atividades. Recursos limitados dependem de ações administrativas, sua extração e utilização necessitam ser planejadas, dirigidas, controladas e alocadas, papel desempenhado pela figura do administrador, mas de responsabilidade de toda a sociedade.

3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: SAÚDE E SOCIEDADE

Silva (2006) afirma que no último século o mundo passou por grandes transformações, os progressos atingidos pela sociedade do conhecimento, o esgotamento dos recursos e os danos causados ao meio ambiente pela legitimação



concedida ao processo produtivo, na busca de enriquecimento independente do crescimento de desequilíbrios causados por este processo, entre eles, a exclusão social e concentração de riqueza, nos levaram a questionar o atual modelo econômico.

Nesta perspectiva surgiu a sustentabilidade, como forma de acompanhar o processo de globalização econômica e visando garantir as condições de existência e de satisfação de necessidades de gerações futuras.

As distorções ocasionadas pelos modelos de desenvolvimento adotados fizeram emergir problemas sociais graves como pobreza, fome, miséria, situação que se configura no crescimento da violência em todas as classes sociais. Diante da necessidade de transformar este modelo econômico, ou pelo menos torna-lo sustentável, é que surge a educação, que tem um papel fundamental em todas as camadas da sociedade, independente de faixa etária, nível econômico ou outro critério. A educação é compromisso de todos e no decorrer de toda a vida. E é esta sua contribuição, a de analisar as formas para que o discurso se torne uma prática.

A educação, além de produzir e repassar saberes úteis para a inclusão social através do trabalho, ela prepara os cidadãos para que exerçam seu papel político na sociedade, exercendo aquilo que seria sua cidadania plena. Por isso, a educação é conceituada como um processo de desenvolvimento de capacidades individuais constante, com o objetivo de proporcionar ao indivíduo social aproveitar as oportunidades ofertadas para transformar e transformar-se, realizando ao mesmo tempo seu projeto de vida pessoal e respeitando os limites de sustentabilidade.

A Assembleia Geral da UNESCO realizada em 1974, aprovou uma resolução baseada no princípio de que a “educação para o desenvolvimento é a educação para a compreensão, a paz e a cooperação internacionais e a educação relativa aos direitos do homem e as liberdades fundamentais”. Neste contexto a educação assume um novo paradigma, não basta saber fazer, este é apenas um aspecto a ser considerado. Por isso, no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, a educação alicerça-se em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e com os outros e aprender a ser. Aprender a conhecer no sentido de assimilar novos conhecimentos, conhecendo novas culturas e integrando-se. Aprender a fazer como meio de transformar o mundo, desenvolvendo novas maneiras de fazer algo que já sabe. Aprender a viver juntos e com os outros, buscando a paz, cooperando, respeitando



as diferenças religiosas, morais e econômicas. E aprender a ser no sentido de desenvolvimento total do ser humano – espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade. Uma mudança de valores.

Todos os indivíduos tem acesso às informações acerca dos aspectos que se referem ao meio ambiente: desmatamento, poluição ambiental, efeito estufa, entre outros. A educação deve influenciar os meios de implantação do desenvolvimento sustentável, pois pode auxiliar com um trabalho de conscientização da responsabilidade de todos em relação ao desenvolvimento e preservação do ambiente, não prejudicando o ecossistema em que se vive.

Faz parte do aprendizado, seja ele por meio do ensino formal ou informal, auxiliar na mudança de atitude das pessoas, para que estas estejam capacitadas a avaliar e abordar os problemas ambientais.

Um destes problemas ambientais seria o incorreto descarte do lixo hospitalar que realizado indevidamente pode prejudicar o meio ambiente e causar danos à saúde pública. Neste sentido, a Constituição Brasileira busca assegurar o direito a alguns itens considerados básicos para o ser humano. Dentre eles, encontra-se o item saúde, textualizado da seguinte forma: é preciso introduzir o direito a saúde como direito da pessoa, direito do cidadão, interesse da coletividade, dever do poder público, do Estado (Capistrano Filho, 1995).

Mello (1998) diz que para ter um nível satisfatório de saúde em uma população é preciso ter uma boa educação. O posicionamento destas duas áreas sociais, consideradas fundamentais, interfere no nível de desenvolvimento e progresso de uma nação. A educação deve preceder a saúde. Mas em nosso país vivenciamos um atraso nestas duas variáveis, segundo alguns gurus da administração este atraso pode levar décadas para ser superado. Para que programas de Qualidade em saúde surtam resultados é necessário um esforço especial do governo e da sociedade, para que juntos possam superar a precariedade de saúde e educação e implantar programas consistentes e coerentes de Qualidade na saúde, porém de simples entendimento. Que possam ser absorvidos pela população e que realmente tragam resultados positivos para nossa sobrevivência, em um prazo mais curto.



4 RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES

A solução ou redução dos problemas ambientais exige uma nova postura de empresários e administradores, uma vez que estes precisam levar em consideração cada vez mais as questões ambientais no processo decisório, adotando práticas administrativas e tecnológicas que contribuam para a sustentabilidade do planeta. Entretanto, este comprometimento com as questões ambientais, por parte das organizações não surge espontaneamente. Mas como fruto da influência de três conjuntos de forças macro ambientais que interferem no comportamento das instituições: governo, sociedade e mercado (BARBIERI, 2004).

Segundo o autor as organizações da sociedade civil envolvidas com as questões ambientais e sociais tornaram-se cada vez mais influentes perante os poderes legislativos e executivos no que tange a aprovação de leis ambientais. Utilizando-se de instrumentos como denúncias, formação da opinião pública e cooperação com as empresas.

A postura empresarial do ponto de vista da competitividade está cada vez mais atrelada às questões ambientais. O processo de globalização e o crescimento do acesso aos meios de comunicação têm servido como uma ferramenta indutora de regulamentação e auto-regulamentação socioambientais, influenciando na formação da imagem da empresa. A não adoção de práticas ambientais normatizadas juridicamente tende, cada vez mais, a comprometer a rentabilidade das empresas. Uma vez que podem gerar passivos ambientais, que podem ser cobrados futuramente por meio de acordos bilaterais ou por meio de ações judiciais.

Para Grayson e Hodges (2002) o governo e as grandes empresas tem sido alvo de críticas e desconfianças de parcela significativa das populações que residem nos países democráticos. Valores, conceitos e opiniões tem se transformado, fazendo com que a credibilidade das organizações seja monitorada e avaliada constantemente.

Deste modo, a responsabilidade social e ambiental das organizações deixou de ser um item voluntario e passou a ser regulamentado pelos diversos setores da sociedade civil.



5 TIPOS DE LIXO E FORMAS DE RECICLAGEM

Segundo Rodrigues (1979) todos os resíduos sólidos, putrescíveis ou não, exceto as excreções humanas, podem ser classificados como lixo. Podendo ser de natureza biodegradável ou não biodegradável.

Os elementos advindos do lixo biodegradável, pelo fato de possuírem uma composição orgânica são de fácil decomposição e, por isso, não representam graves riscos para o meio ambiente.

Já os elementos advindos do lixo não biodegradável levam anos para desaparecer na natureza, por isso, faz-se necessário reaproveitar e reciclar os mesmos, como modo de impedir que estes causem danos ao meio ambiente.

Os tipos de lixos que podem ser reciclados são o lixo tecnológico, lixo industrial e o lixo doméstico.

Os lixos que representam perigo à saúde das pessoas são aqueles que resultam das atividades de manipulação em hospitais e clínicas, e são formados em sua maioria por seringas, agulhas, luvas, fraldas, sondas, cateteres e demais materiais descartáveis. Esse lixo representa um grande perigo à saúde, uma vez que pode estar contaminado com micro-organismos causadores de doenças. Esse lixo deve ser recolhido por empresas especializadas, seu destino é o incinerador onde é queimado. O problema é que a incineração libera gases tóxicos, uma vez que esse lixo pode conter diversos tipos de resinas e outros materiais cuja queima além de liberar CO₂, também podem liberar outros gases. O ideal seria fazer como em alguns países nos quais o lixo é levado para a autoclave, na qual é submetido a alta pressão e temperatura, assim todos os microrganismos são mortos, e o lixo pode ir para aterros especiais.

6 LIXO HOSPITALAR: IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES DO DESCARTE INCORRETO

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS): “saúde é o bem-estar biopsicossocial” e a qualidade e preservação do meio ambiente são essenciais para preservar e restabelecer a saúde.

No que toca aos aspectos e impactos ambientais concernentes a área hospitalar é possível fazer a seguinte correlação:



Tabela 1 - Aspectos e Impactos Ambientais

Aspecto ambiental aplicável	Impacto ambiental aplicável
Descarte de resíduos embalados (lixo hospitalar, lixo em geral, roupas e peças cirúrgicas).	Contaminação de pessoas, ambiente, no manuseio, coleta e destinação.
Escape de radiação	Lesões de pessoas expostas.
Lançamento de efluentes gerados pela atividade hospitalar na rede de esgoto.	Poluição hídrica e transmissão de doenças.
Descarte de resíduos de lavagem.	Poluição, contaminação, intoxicação nas áreas de destinação.
Descarte de materiais perfurocortantes, lixo hospitalar e rejeitos.	Contaminação de pessoas, ambiente, no manuseio, coleta e destinação.

Fonte: MELO, J. B. CAMARGO, M.O. **Qualidade na saúde**, 1998, p.314.

A análise desses aspectos e de seus impactos permite aos responsáveis elaborar e determinar as ações a serem tomadas. Além de identificar as causas, é importante avaliar o fluxo dos processos para determinação da natureza, abrangência e gravidade do efeito.

Para se implantar um sistema ambiental, é necessário, sobretudo coordenar um cronograma de execução no qual devem estar estipulados prazos, valores e investimentos necessários (MELLO & CAMARGO, 1998).

A determinação de praticas ecologicamente corretas de descarte do lixo hospitalar consolida um processo que influencia diretamente na qualidade da saúde da sociedade em geral.

7 VIGILÂNCIA SANITÁRIA E SAÚDE PÚBLICA

A vigilância sanitária como atribuição federal relacionada à Saúde Pública foi instituída, passando a incorporar uma Secretaria Nacional, em consequência da nova organização do Ministério da Saúde, aprovada pelo decreto nº 79.056 de 30 de dezembro de 1976, que ampliou suas atribuições: “fiscalização e vigilância sanitária de portos e fronteiras, bem como de medicamentos e alimentos; de produtos ou bens; locais, agentes e atividades que interessam a população” (RODRIGUES, 1979).

De acordo com o autor a secretaria nacional de Vigilância Sanitária atrelada ao Ministério da Saúde tem como atribuições formular normas e padrões a serem obedecidos em todo o país, objetivando o interesse sanitário das populações no que



se relacionam a produtos medico-farmacêuticos, bebidas, alimentos e outros produtos ou bens, executar as ações que se referem à vigilância sanitária de portos e fronteiras e controlar as condições do exercício profissional relativo à saúde.

A Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária é normativa, coordenadora e disciplinadora das atividades, mas é dever dos Estados à ação de fiscalizar o uso e respeito às normas instituídas.

A Vigilância Sanitária é atribuída a um órgão em específico, mas é dever de toda a população contribuir com este processo, fiscalizando e denunciando possíveis irregularidades verificadas.

8 ALGUNS DADOS SOBRE A RECICLAGEM DO LIXO HOSPITALAR NO PARANÁ

Reciclar o lixo é uma tendência mundial. A preocupação em reaproveitar materiais já é bem comum no Brasil, principalmente no Paraná, um dos estados pioneiros nessa atividade. Muitas pessoas, porém, não sabem que não só o lixo doméstico pode ser reciclável. O lixo hospitalar, ou melhor, algumas modalidades dele, também são recicláveis. Na capital, os hospitais já estão realizando esta prática com certa frequência.

Segundo a presidente da Comissão Multidisciplinar do Programa de Gerenciamento de Resíduos de Serviços e Saúde do Hospital de Clínicas (HC) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Lídia Lima, a tendência de reciclagem nos hospitais acontece desde 1992, quando se começou a reciclar papelão. "Fracos de soro, caixas de medicamento, bulas, embalagens plásticas de seringa, a própria capa da agulha, todos esses materiais são reciclados", explicou, destacando que isso gera uma boa redução na quantidade de resíduos produzidos por um hospital.

Conforme a enfermeira gestora do Serviço de Controle de Infecção Hospitalar do Hospital Cajuru, Jurinã Oromi Lopes, o hospital também tem essa preocupação em reciclar o lixo, evitando desperdícios e a geração de resíduos sólidos em exagero. "Os 1,3 mil funcionários do hospital estão sendo treinados para saber identificar e separar o que é possível reciclar", explicou. Ela lembrou que em uma semana o Cajuru produz 5.700 quilos de resíduos. Desse total 15,6% é material reciclável. "Estamos treinando os funcionários para aumentar esse percentual", revelou.



9 ESTUDO DE CASO

9.1 Histórico

A história do Hospital Regional do Sudoeste - HRS configura-se como uma conquista liderada por protagonistas, dentre eles, autoridades políticas da região Sudoeste do Paraná, organizações populares, e outros movimentos e autoridades que ilustraram por meio de suas manifestações a necessidade da criação de um hospital regional neste município.

A obra do HRS iniciou suas atividades no dia 23 de janeiro de 2006, no município de Francisco Beltrão, por ser considerada uma região polo em saúde e outras áreas, além de ser a maior cidade do sudoeste do Paraná em número de habitantes. O terreno com aproximadamente 50 mil m² foi doado pela prefeitura municipal e localiza-se em ponto estratégico, em um entroncamento de vias facilitando o acesso de usuários.

Em setembro de 2009 se iniciou a implantação do já construído Hospital Regional, com a contratação da equipe inicial de funcionários. Posteriormente, no dia 26 de fevereiro 2010, inaugurou-se a obra, já realizando cirurgias e internações no mesmo mês.

9.2 Coleta do lixo no hospital

O hospital regional Walter Alberto Pecóits trabalha com o lixo hospitalar, seguindo as normas da RDC ANVISA n° 306/2004 e também da CONAMA N° 358/2005.

Segundo este documento, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é o órgão responsável pela regulamentação e fiscalização de todos os procedimentos referentes às ações realizadas junto às instituições de atendimento a saúde. O qual dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.

Nesta resolução estão contidos trinta e dois artigos que se referem ao tratamento adequado dos resíduos hospitalares, considerando:

- Os princípios da prevenção, da precaução, do poluidor pagador, da correção na fonte e de integração entre os vários órgãos, visando à fiscalização e o licenciamento;
- A necessidade de aprimoramento, atualização e complementação da resolução n°283 de 12 de julho de 2001;



- A necessidade de reduzir riscos ocupacionais nos ambientes de trabalho e proteger a saúde do trabalhador e população em geral;
- A redução da produção de resíduos por meio de substituição de materiais e processos que ofereçam menor risco;
- A segregação dos resíduos no local e momento da geração, leva a redução de lixo que necessita tratamento diferenciado;
- Aconselha soluções consorciadas em municípios de pequeno porte e pequenos geradores;
- Que ações preventivas são menos onerosas que ações corretivas, reduzindo danos causados a saúde pública e ao meio ambiente;
- A necessidade de ação integrada entre os órgãos federais, municipais e estaduais do meio ambiente, de saúde e de limpeza urbana visando esta regulamentação acerca da geração de resíduos hospitalares e de saúde.

No hospital há uma empresa contratada que coleta o lixo hospitalar duas vezes por semana (na segunda e na sexta), o nome da empresa é ATITUDE (a empresa que faz a coleta é de dois vizinhos) e esse lixo não vai para aterro comum. A empresa especializada faz todo o processo de descarte de acordo com legislação específica vigente.

No hospital regional a coleta do lixo funciona da seguinte forma, são duas pessoas que fazem essa coleta por turno, dois na parte do dia e dois na parte da noite, os meninos fazem a coleta com carrinhos e as mulheres que fazem a limpeza deixam os lixos no expurgo, onde os meninos passam para pegar, elas fazem um nó nos sacos e assim os meninos pegam e colocam nos carrinhos e levam para o depósito que fica perto do almoxarifado. Os sacos brancos são para os lixos infectantes e químicos, e os sacos cinza são para o lixo comum. As pessoas que trabalham nesse setor recebem um treinamento bem rigoroso, são explicados tudo sobre o manuseio e como fazer a coleta corretamente, os meninos precisam usar luvas e estarem cientes do perigo que esse lixo traz para os seres humanos, em geral.

Lixo é qualquer material considerado inútil, supérfluo, e/ou sem valor, gerado pela atividade humana, e a qual precisa ser eliminada. É qualquer material cujo proprietário elimina, deseja eliminar, ou necessita eliminar. O conceito de lixo pode ser considerado uma concepção humana, porque em processos naturais não há lixo, apenas produtos inertes.



A maioria do lixo pode ser reutilizado, através da reciclagem, desde que adequadamente tratado, assim gerando fonte de renda e empregos, além de combater a poluição ambiental. Outros resíduos, por outro lado, não podem ser reutilizados de jeito nenhum, como o lixo hospitalar ou o nuclear.

O termo lixo é aplicado geralmente para materiais no estado sólido. Os líquidos ou gases considerados inúteis ou supérfluos são geralmente chamados de resíduos (líquidos ou gasosos). Porém, os termos lixo e resíduos também podem ser utilizados para descrever respectivamente fluidos e sólidos.

Esse lixo representa um grande perigo à saúde, uma vez que pode estar contaminado com microorganismos causadores de doenças. O lixo produzido no ambiente hospitalar inclui lixo biomédico, tais como agulhas e seringas sujas, produtos químicos, lixo farmacêutico, materiais radioativos (de raios X, etc.) e lixo em geral. O risco resultante do lixo médico infeccioso é considerável – por exemplo, do vírus HIV, da hepatite B e de doenças que estão voltando, tais como a febre amarela, a tuberculose e a febre tifóide e merece atenção especial.

Em 2.569 cidades o lixo hospitalar é depositado no mesmo aterro dos resíduos urbanos. Em 2000, a situação de disposição e tratamento dos resíduos sólidos de serviços de saúde (RSS) melhorou, com 539 municípios encaminhando-os para aterros de resíduos especiais (69,9 % próprios e 30,1 % de terceiros), enquanto em 1989 apenas 19 municípios davam este destino aos resíduos sólidos. Em número de municípios, 2.569 depositam-nos mesmos aterros que os resíduos comuns, enquanto 539 já estão enviando-os para locais de tratamento ou aterros de segurança. A pesquisa mostra também, que, entre os municípios com mais de 500.000 habitantes que destinam o lixo séptico em vazadouros a céu aberto, estão Campo Grande (MS), São Gonçalo (RJ), Nova Iguaçu (RJ), Maceió (AL) e João Pessoa (PB). E esse tipo de atitudes acaba poluindo o meio ambiente e trazendo muitas doenças para as pessoas.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou a compreensão acerca do tratamento dos resíduos hospitalares no Hospital Walter Pecoits, bem como apresentou alguns dados estatísticos evidenciados a nível estadual, referentes a este tema.

Para tanto, foram trabalhados alguns conceitos e assuntos pertinentes ao tema em questão como: gestão ambiental ou administração do meio ambiente,



educação ambiental, como compromisso de toda a sociedade e como meio de conscientização da população, a responsabilidade das organizações, como agentes ativos no processo produtivo e principais geradores de resíduos, os tipos de lixos que podem ser gerados e as formas de reciclagem mais adequadas a cada um deles, quais impactos podem ser verificados devido ao descarte incorreto dos resíduos e qual o órgão oficial responsável pela vigilância sanitária.

A seguir, foi relatado um pequeno histórico da instituição em estudo, entrando posteriormente na descrição do processo de gestão de resíduos nesta unidade de saúde. Portanto, este trabalho configurou-se como um estudo de caso, utilizando-se como forma de abordagem a descrição do processo de reciclagem do lixo no Hospital Walter Pecoits.

Nas últimas décadas, temas relacionados à questão ambiental, mais especificadamente a gestão ambiental, tem sido pauta de muitas discussões em eventos organizados a nível mundial para discutir problemas e soluções pertinentes a este contexto. Isto ocorreu devido ao engajamento social e conscientização dos diversos setores da sociedade.

O lixo hospitalar ou resíduo dos serviços de saúde, tema em foco, tem sido abordado sob uma nova perspectiva, alguns profissionais da área afirmam que ele pode ser reciclado ou reutilizado. A questão é que a maioria das pessoas, ainda hoje, associa o termo lixo hospitalar a material biológico ou radioativo, que pode causar danos à saúde das pessoas. Nesta concepção, não se considera que grande parte do lixo produzido é material que não sofreu nenhuma interação e que, portanto, poderia ser reciclado ou reutilizado. Mas todas estas afirmações e questionamentos são posicionamentos a serem verificados.

A sociedade civil como parte interessada neste processo, juntamente com governo e organizações deve integrar este movimento no sentido de preservar o meio ambiente e garantir a sobrevivência e a satisfação das necessidades das gerações futuras, se organizando e fiscalizando as ações neste sentido.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos.**- São Paulo: Saraiva, 2004.

CAPISTRANO FILHO, D. **Da saúde e das cidades.** – São Paulo: Hucitec, 1995.



GRAYSON, D.; HODGES, A. **Compromisso social e gestão empresarial.** – São Paulo: Publifolha, 2002.

MELLO, J. B.; CAMARGO, M. O. **Qualidade na saúde:** práticas e conceitos, normas e ISO nas áreas médico hospitalar e laboratorial. – São Paulo: Best Seller, 1998.

RODRIGUES, B. de A. **Fundamentos de Administração Sanitária.** Brasília: Senado Federal, 1979.

SANCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental:** conceitos e métodos. – São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

SILVA, C. L. da (org.). **Desenvolvimento sustentável:** um modelo analítico integrado e adaptativo.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

VIEIRA, P. F.; RIBEIRO, M. A. (org.) **Ecologia Humana, Ética e Educação:** a mensagem de Pierre Dansereau. – Porto Alegre: Palloti; Florianópolis: APED, 1999.

HRS - Francisco Beltrão – Paraná – consultado em 09/07/2012 as 19:24 horas
<http://www.hospitalsudoeste.saude.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=18>

